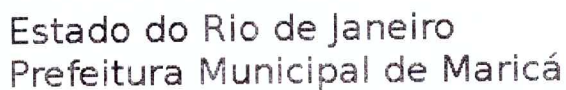


[illegible]



Nº DO PROCESSO	0008871/2023	DATA DE ENTRADA	28/04/2023 09:23:34
----------------	--------------	-----------------	---------------------

ASSUNTO
LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

REQUERENTE
EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A - EBEC

CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

[illegible]

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Maricá

Nº DO PROCESSO

0008871/2023

DATA ABERTURA

REQUERENTE
EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A - EBEC

ASSUNTO
LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

COMPLEMENTO
RECURSO PP 07/2023 - EBEC



PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 8871123
DATA DE INÍCIO: 28/04/23
AUBRICA: [assinatura] FLS: 03

Superação e Excelência em Serviços

ILMA. SRA. PREGOEIRA DO SETOR DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE MARICÁ

EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A - EBEC, dora-
vante denominada EBEC, já qualificada no Pregão Presencial nº 07/2023 PMM - Processo nº
19911/2022, vem, respeitosamente, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, Lei 10.520/02, no Edital e
demais normas aplicáveis, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, de acordo com os motivos e
fundamentos que passa a expor.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2023.

EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A – EBEC
(por seu representante legal)

(31) 2102-5500

Av. Barão Homem de Melo, 2681 - Salas 101 e 102 - Estoril - CEP 30.494-085 - BH - MG

ebec.frotas

terceirizaçãodefrotas

ebec-sa

www.ebec-sa.com.br

RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

1. Trata-se de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 07/2023, Processo nº 19911/2022, do tipo menor preço por item, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, com motorista e sem combustível, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Maricá e de suas Secretarias.

2. No dia 19 de abril de 2023, sob a coordenação da Pregoeira substituta reuniram-se na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Maricá juntamente com a equipe de apoio e licitantes, para proceder à realização do Pregão Presencial n.º 07/2023.

3. Após a fase de lances, a ora recorrente apresentou a melhor oferta para o item 3 e a licitante Monã Consultoria Ambiental Ltda, para os itens 1, 2, 4 e 5. Na sequência, a sessão foi suspensa, com retorno previsto para o dia 24 de abril de 2023, às 14h00min.

4. No dia 24 de abril de 2023, a ora recorrente foi considerada "inabilitada", consignando a i. Pregoeiro a seguinte justificativa:

*"Quanto a análise referente a qualificação econômica –financeira a empresa **EBEC - EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA** não atendeu ao solicitado no Item B.4 e o Item B.5. - Liquidez Geral (LG) = 0,28- Solvência Geral (SG) = 1,32- Liquidez Corrente (LC) = 0,56. Em seu demonstrativo a empresa inclui para fins de cálculos dos índices Liquidez Geral e Liquidez Corrente o saldo da conta Ativo Imobilizado e em nota explicativa expõe que, tendo em vista a atividade fim da empresa ser locação de veículos, os mesmos poderiam ser convertidos em recursos em curto prazo. Tal situação não é cabível para análise do índice visto que os índices de liquidez são indicadores financeiros de*

*análise de crédito que revelam quanto a empresa possui de recursos disponíveis para quitar suas obrigações com terceiros. Estes indicadores, portanto, indicam a capacidade de pagamento de uma empresa, sendo a Liquidez corrente a curto prazo e a liquidez geral buscando dar uma visão da solvência de uma empresa no longo prazo. Capital de Giro negativo R\$ 56.838.39,10, impossibilitando o cálculo do item. Item B.6, PL = R\$86.161.384,44, é maior que 10% do valor estimado da contratação. Sendo assim a empresa **EBEC - EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA** restou inabilitada."*

5. Por conseguinte, a licitante Monã Consultoria Ambiental Ltda, foi considerada habilitada e vencedora dos itens 01, 02, 03, 04 e 05. A recorrente discordou de sua inabilitação e da habilitação da licitante Monã Consultoria Ambiental Ltda, por "não atendimento ao subitem letra c da qualificação técnica (folhas 348 do edital) do item 10- das condições para a habilitação.", ocasião em que registrou a sua intenção em interpor recurso administrativo.

6. Relevante destacar que a recorrente é uma empresa especialista em locação de veículos e gestão de frotas de alugueis de longo prazo, *business too business*, contando com quase **60 (sessenta) anos de existência**, sempre focada em qualidade e respeito às exigências contratuais, o que lhe atribuiu consentânea experiência em contratos públicos de modo a bem atender aos desideratos da Administração Pública, produzindo resultados sociais e econômicos adequados à finalidade público-administrativa.

7. Cumpre registrar que a recorrente, possui **capital social de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais) e Patrimônio Líquido de R\$166.205.410,16, apurado em 31 de dezembro de 2022**, conforme Balanço Patrimonial, anexo.

8. A recorrente sempre honrou os compromissos assumidos, não havendo em sua trajetória, qualquer histórico de rescisão contratual, por inexecução contratual.

9. Relevante destacar também que a recorrente apresentou a proposta mais vantajosa em relação ao item 3 do processo licitatório em exame, significando o maior desconto obtido em comparação a licitante recorrida, Monã Consultoria Ambiental Ltda.



10. É sabido que a exigência de qualificação econômica financeira busca dar a Administração Pública a segurança em contratar uma empresa que possua capacidade financeira realizar o objeto contratado.

11. A exigência de comprovação da Qualificação Econômico-Financeira que devem ser exigidos na licitação dizem respeito à demonstração da capacidade financeira do licitante frente às obrigações que terá de assumir, **para que assegurem o adimplimento do contrato a ser celebrado**. Nessa linha, destaca-se que, a exigência de índices contábeis de capacidade financeira deve estar justificada e **atender às características do objeto licitado**. Veja o entendimento pacificado pelo Tribunal de Contas da União através da SÚMULA TCU 289:

“A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade.” (Grifamos)

12. Ressalta-se que, para o objeto de locação de veículos, a demonstração de Índices de Liquidez inferior a 1 (um), **não representa automaticamente a incapacidade de o licitante participar do certame e executar o serviço e, certamente não é suficiente para inabilitá-lo**.

13. Conforme bem relatado no Acórdão nº 1.214/2013 TCU Plenário, em **que foi destacada a conveniência** na avaliação da capacidade econômico-financeira dos licitantes, da utilização de parâmetros relacionados ao porte da empresa e a **materialidade do contrato**, entre outros, em complemento aos índices contábeis obtidos pelo método dos quocientes.

14. Com efeito, **pela própria natureza de seu objeto, as locadoras, por sua vez, possuem situação contábil específica, vez que os veículos que compreendem o seu estoque – meio de produção e prestação de serviços – não podem ser lançados no ativo circulante do balanço, somente sendo admitidos seu lançamento no ativo imobilizado da empresa**.



15. Além disso, é certo que o objeto licitado não possui alto grau de complexidade que torne imprescindível a exigência de índices, iguais ou superiores a 1 (um) e comprovação de capital circulante ou capital de giro de no mínimo 16,66%, conforme disposto no edital. Tal exigência, se mostra irrelevante e restringe sobremaneira a participação de grandes locadoras aptas a firmar e honrar contratos com a Administração Pública.

16. Oportuno dizer, que nos outros ramos de atividades em geral, como, indústria e comércio, os veículos são apenas instrumentos para a execução das atividades fins e, destarte, não contribuem para a geração de riqueza e apresentam baixa liquidez, face ao prolongado uso, até o fim da vida útil.

17. Todavia, na atividade de locação de veículos, o “veículo”, caracteriza-se como ferramenta de geração de riqueza, além de apresentar alta liquidez, conforme consta da “Nota Explicativa” apresentada pela recorrida. Logo, a contabilização do veículo no ativo imobilizado não retrata a realidade operacional deste ramo de negócio, retratando uma visão distorcida da capacidade econômica financeira da empresa.

18. Não há dúvidas, portanto, que devem ser consideradas as peculiaridades de cada segmento empresarial para determinação dos índices contábeis e que os índices exigidos no patamar deste instrumento convocatório não refletem a saúde financeira da atividade pura de locação de veículos.

19. O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na Instrução Normativa nº 02/2010, expressamente definiu que, caso o licitante apresente Índice de Liquidez inferior a 1 (um), lhe é facultada, para comprovação da qualificação financeira, a apresentação do capital mínimo ou do patrimônio líquido mínimo ao atendimento do certame:

“Art. 44. O instrumento convocatório deverá prever, também, que as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 01 (um), em qualquer dos índices referidos no inciso V do art. 43 desta norma, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do art. 31 da Lei nº



8.666, de 1993, como exigência para sua habilitação, podendo, ainda, ser solicitada prestação de garantia na forma do §1º do art. 56 do referido diploma legal, para fins de contratação. (Grifamos).

20. Essa previsão, busca garantir justamente a ampliação da disputa entre todos os licitantes capazes de garantir o cumprimento da obrigação e, por consequência, a seleção da proposta mais vantajosa à Administração, princípio que deve nortear as licitações.

21. A Lei Federal nº 8.666/1993, prevê que, para a habilitação na licitação, exigir-se-á dos interessados documentação relativa à qualificação econômico-financeira¹, com o objetivo de aferir a capacidade do licitante de executar os compromissos que por ventura lhe serão adjudicados, na hipótese de vencimento do certame.

22. O art. 31, detalha a documentação exigível para fins de qualificação econômico-financeira. Destaca-se:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

§1º. A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§2º. A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no §1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§3º. O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da

¹ Lei Federal nº 8.666/1993, art. 27. Para a habilitação nas licitações, exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a: III – qualificação econômico-financeira.

contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

23. Observe que, o que a lei pretende garantir é a capacidade financeira suficiente do licitante para cumprir com os compromissos que serão assumidos caso seja vencedor da licitação.

24. Registra-se que a Instrução Normativa nº 02/2010, expressamente declara que a apresentação do Índice de Liquidez não deve ser entendida isoladamente, como único parâmetro garantidor da capacidade financeira de potenciais fornecedores da Administração.

25. Define-se que, se o licitante apresenta índice inferior a 01(um), passa-se necessariamente à análise do capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo exigível, nos termos do art. 31, §§ 2º e 3º da Lei nº 8.666/1993.

26. A avaliação da capacidade de uma empresa deve permear outros fatores que, impactam diretamente na capacidade de adimplir suas obrigações (econômico-financeira e técnica): sua estrutura; pessoal; contratos anteriores (atestados de capacidade técnica); demonstração de resultados; capital social e patrimônio líquido, dentre outros.

27. A grande questão reside no fato de analisar três aspectos: em que situações é aceitável a fixação de índices, quais seriam esses indicadores e qual seria o valor admissível para cada um deles.

28. Com relação ao primeiro, conforme disposição da norma, o objetivo da fixação de índices contábeis deve limitar-se à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir lhe sendo adjudicado o contrato, em que se pode depreender, portanto, que tal exigência deve ser **proporcional ao objeto a ser contratado**.

29. Já quanto ao segundo e terceiro aspectos, como a norma não identifica quais índices poderão ser exigidos e quais os valores de referência – proibindo somente a utilização de fatores de rentabilidade e lucratividade daqueles não usualmente adotados para correta avaliação da situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações



decorrentes da licitação – floresceram entendimentos dos mais variados quanto a sua aplicação, porém todos eles são unificados quanto da pertinência da exigência ao objeto licitado é a **garantia da ampla competitividade**.

30. É oportuno destacar, o entendimento do conceituado doutrinador Felipe Boselli:

Em uma segunda perspectiva, trazendo o exemplo de uma grande multinacional, que opte pelo regime de tributação de lucro real, é possível constatar uma prática consolidada de mercado.

As empresas optantes pelo lucro real adotam estratégia tributária diametralmente contrária à forma de aplicação de recursos de uma licitante que utilize o lucro presumido.

As grandes empresas buscam reaplicar seus lucros como forma de investimento interno. Assim, é possível reduzir o lucro real aferido pelo balanço patrimonial e, conseqüentemente, os tributos pagos por esta empresa, visto que o Imposto de Renda incidirá sobre o lucro efetivamente percebido que, no caso das empresas que optem pelo lucro real, deverá ser, para efeito de tributação, o menor possível. Uma hipotética companhia, líder de mercado e em condições de absoluta solvência, não raras vezes, percebe resultados contábeis abaixo do padrão, o que não significa, necessariamente, que a empresa está em dificuldade financeira, rumo à declaração de falência ou em situação similar.

Para uma empresa crescer e se desenvolver no mercado é fundamental que esta assuma compromissos que, invariavelmente, refletirão em seu passivo e, por conseguinte, em seus índices contábeis.

31. No caso da recorrente, trata-se de empresa de notório e ilibado reconhecimento, como dito e provado anteriormente, **contando com quase seis décadas de atuação no mercado**, com uma frota de aproximadamente 3.700 (três mil e setecentos) veículos e amplo histórico de contratos firmados com o Poder Público. É incontestável que a apresentação do Índice de Liquidez inferior a 01 (um) e capital de giro negativo, **não significa** sobremaneira, a incapacidade da empresa em cumprir com os aportes financeiros envolvidos no certame. Muito pelo contrário. Para comprovar que a recorrente possui capacidade econômica financeira para executar o serviço sem riscos à contratante, é disponibilizado o Balanço e das Demonstrações Contábeis de 2021 e **2022**, anexo.

32. Nesse diapasão, considerando que as locadoras - assim como a recorrente -, possuem estruturas próprias para venda de veículos seminovos, após 1 (um) ano de uso, tal situação **representa grande parte do ativo não circulante, é de fácil liquidez**. Ademais, a recorrida gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos em caixa, com monitoramento contínuo da previsão dos fluxos de caixa combinados pelos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

33. Por fim, destaca-se que este também é o entendimento da Advocacia Geral da União; do Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro, que, disponibilizam modelos de editais padronizados evidenciando que *"caso a empresa não apresente os índices solicitados no Edital, é permitida a comprovação alternativa de que a empresa possui Patrimônio Líquido no mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação"*.

34. Assim, demonstrada a total capacidade financeira da recorrente e, porquanto, a segurança para a Contratante em ver cumprido o objeto licitado, manter a inabilitação da recorrente na licitação, além de ferir orientação expressa do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, **ofende o princípio da seleção da proposta mais vantajosa**.

35. Ante o exposto, requer a reconsideração da decisão desta D. Comissão, para **habilitar a recorrente Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S/A. – EBEC para o item 3 do Edital.**

36. No tocante a habilitação da licitante, Monã Consultoria Ambiental Ltda, há vício insanável em sua habilitação que **a torna inabilitada** diante das regras estabelecidas pelo próprio instrumento convocatório e Lei 8.666/93.

37. Como cediço, a exigência de comprovação da qualificação técnica, mediante atestados – emitidos em nome dos licitantes – Do fornecimento de bens e **serviços similares ao objeto licitado**, como condição para participação de procedimentos licitatórios consta no art. 14, inc. II, do Decreto nº. 5.450/2005, conforme definição explicitada no art. 30, inc. II, e §1º, da Lei nº. 8.666/93, nos termos abaixo transcritos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: (...) II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível

em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; (...) § 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (...)” (grifamos).

38. Na esteira da determinação legal, o ato convocatório da licitação em apreço estabeleceu a necessidade de comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante por meio de atestado solicitado no item C.2.1 da qualificação técnica (folhas 348 do edital) do item 10 - Das condições para a habilitação, *in verbis*:

“01 (um) atestado, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, demonstrando que a Licitante gerencia ou gerenciou serviços de natureza similar”

39. Na tentativa de preencher os requisitos de habilitação estabelecidos no edital, a licitante Monã Consultoria Ambiental Ltda apresentou tão somente 1 (um) atestado com objeto descrito abaixo, ou seja, totalmente incompatível com o objeto da presente licitação. veja-se:

“Serviços de coleta de amostras de água para análise físico-química e Bacteriológica na rede de distribuição e saída de estações de tratamento de água e poços”.

40. O atestado apresentado pela recorrida Monã Consultoria Ambiental Ltda não se presta à comprovação da capacidade técnica nos termos expostos no edital e na legislação vigente, razão pela qual deve ser a licitante recorrida inabilitada, nos termos do item 19.21, do Edital.

41. Conforme exposto, a aferição da capacidade técnico-operacional dos licitantes é poder-dever da Administração, com fundamento no art. 37, inc. XXI, da CF/88, no intuito de resguardar a esmerada execução do futuro contrato administrativo, evitando

a adjudicação dos contratos públicos a empresas sem condições de concluir a contento as avenças, deixando de materializar o interesse público subjacente.

42. Como meio à consecução dessa finalidade, o já mencionado art. 30, inc. II, §1º da Lei de Licitações prevê a necessidade de comprovação da aptidão técnica do licitante por meio de atestados emitidos por entes públicos e privados, desde que devidamente registrados no conselho de classe.

43. A propósito do tema, pertinente trazer à colação a lição de Hely Lopes Meirelles:

“Diante dessa realidade, é lícito à Administração não só verificar a capacidade técnica teórica do licitante, como sua capacidade técnica efetiva de execução – capacidade, essa, que se convencionou chamar operativa real. Advirta-se que grande parte dos insucessos dos contratos na execução do objeto do contrato decorre da falta de capacidade operativa real, não verificada pela Administração na fase própria da licitação, que é a habilitação dos proponentes.” (MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. 15ª Ed., São Paulo: Malheiros, 2007, pág. 193).

44. Outro não é o entendimento sumulado do TCU:

“SÚMULA Nº 263/2011 Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

45. Na seara judicial, não difere a postura dos inúmeros julgados do STJ acerca da matéria.

46. Por essa razão, não é de modo algum descabido que a Administração se resguarde contra os riscos de contratar particular inapto para execução dos serviços licitados, mediante o estabelecimento de requisitos de qualificação técnico-operacional.

47. Na hipótese em comento, o item C.2.1, do edital, sequer fixa quantitativo mínimo de fornecimento de bens e serviços, exigindo apenas a apresentação de atestado que contemple **o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação**.

48. A despeito da proporcionalidade das exigências de capacidade técnico-operacional encartadas no ato convocatório e no termo de referência, a licitante recorrida juntou na sua documentação de habilitação tão somente **1 (um) atestado que contempla objeto claramente diverso daquele licitado**.

49. Em casos de divergências substanciais entre as características do objeto licitado e aquelas expostas nos atestados de capacidade técnica apresentados pelos licitantes - como ocorre no caso em exame - cabe à Comissão de Licitação **rejeitar os documentos**, no intuito de resguardar o interesse público e prestigiar o princípio da vinculação ao edital (art. 41, da Lei de Licitações), conforme já decidido pelo TCU:

“Acórdão: [...] 9.3.2. Abstenha-se de aceitar propostas de bens com características diferentes das especificadas em edital, em respeito ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, consoante o art. 3º da Lei no 8.666/1993. (Acórdão 932/2008, Rel. Min.: Raimundo Carreiro, órgão julgador: Plenário, data da sessão: 21/05/2008).

50. Nesse diapasão, o STJ manteve o julgamento do tribunal local que propunha a inabilitação de licitante que apresentou atestado em desconformidade com o objeto da licitação, *in verbis*:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. 1. O Tribunal a quo concluiu pela regularidade da inabilitação da agravante na licitação, uma vez que **"o atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante descreve os serviços prestados em outra instituição, não constatando, porém, a execução de atividades de suporte técnico a nenhum dos sistemas operacionais de que trata o edital"** (fl. 791, e-STJ). Percebe-se que conclusão diversa da alcançada pelo julgado exige o reexame das provas e dos fatos, o que, a rigor, é vedado pela Súmula 7/STJ. [...] (AgRg

no AREsp 470.071/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 18/06/2014). (grifamos).

51. Destaca-se ainda, que ao analisar o cartão de CNPJ da licitante Monã Consultoria Ambiental Ltda, constata-se que ela não possui a atividade "49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista".

52. Relevante destacar que o subitem 5.1 do edital determina: "*Poderão participar deste Pregão as empresas: a) que estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente com o objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social*".

53. Desta forma, houve novo descumprimento ao edital por parte da licitante Monã Consultoria Ambiental Ltda, razão pela qual deve ser considerada inabilitada do certame para os itens 1, 2, 3, 4 e 5.

54. Assim, a recorrente pugna pela desconsideração do atestado apresentado pela licitante Monã Consultoria Ambiental Ltda em face da violação ao item C.2.1 da qualificação técnica (folhas 348 do edital) do item 10 - Das condições para a habilitação, bem como ao art. 30, inc. II, da Lei de Licitações, ante a desconformidade dos seus objetos para demonstração da capacidade técnica exigida no certame, bem como pelo descumprimento ao subitem 5.1 do Edital.

DOS PEDIDOS

55. Diante do exposto, requer a recorrente **EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A - EBEC**, à luz do art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis, que: **A) PRELIMINARMENTE**, a Pregoeira reconsidere seu ato,



para declará-la **habilitada** para o item 3 e declarar a **inabilitação** da licitante Monã Consultoria Ambiental Ltda, para os itens 1, 2, 3, 4 e 5 ou, assim não procedendo; **B) NO MÉRITO**, se mantida a decisão, seja encaminhado este recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, requerendo seja o mesmo provido para declarar a **habilitação** da recorrente EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A - EBEC para que se proceda ao respectivo julgamento no que se refere ao item 3 do processo licitatório e declarar **inabilitada** a licitante recorrida Monã consultoria ambiental ltda para os itens 1, 2, 3, 4 e 5 do processo licitatório.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2023.

JORGE LASMAR

JUNIOR:16430468

615

Assinado de forma digital por
JORGE LASMAR
JUNIOR:16430468615
Dados: 2023.04.27 16:35:53
-03'00'

EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A- EBEC
(por seu representante legal)



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

SECRETARIA DE MARICÁ
Nº DO CON: 8841123
Nº DE INÍCIO: 28.04/23
Nº DE FLS: 17

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31300047181

Código da Natureza Jurídica

2054

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGE2300343805

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

BELO HORIZONTE

Local

18 ABRIL 2023

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10303502 em 20/04/2023 da Empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, Nire 31300047181 e protocolo 232097747 - 19/04/2023. Autenticação: 86DB442789CE31FED529DDD55B2987ACB9DA5590. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/209.774-7 e o código de segurança m7Za Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/35



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

PREFEITURA DE MARICÁ
CON: 8871123
DE INÍCIO: 28/04/23
FICA: [assinatura] FLS: 18

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/209.774-7	MGE2300343805	19/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
008.101.047-84	CIRO FERREIRA DA ROCHA

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10303502 em 20/04/2023 da Empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, Nire 31300047181 e protocolo 232097747 - 19/04/2023. Autenticação: 86DB442789CE31FED529DDD55B2987ACB9DA5590. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/209.774-7 e o código de segurança m7Za Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/35

EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A – EBEC

CNPJ/ME nº 17.162.280/0001-37

NIRE 31.300.047.181

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2023**

1. **Data, Hora e Local.** Realizada em 12 de abril de 2023, às 11h, na sede social da EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A – EBEC ("Companhia"), localizada na Avenida Barão Homem de Melo, nº 2.681, salas 101/102, Estoril, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.494-085.

2. **Convocação e Presença.** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.").

3. **Mesa.** Sr. CIRO FERREIRA DA ROCHA – Presidente; Sr. ANDRÉ LUIZ CHIEPPE – Secretário.

4. **Ordem do Dia.** Deliberar sobre a: (i) renúncia dos atuais membros do Conselho de Administração; (ii) a eleição de novos membros do Conselho de Administração; (iii) reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) outras matérias de interesse da Companhia.

5. **Deliberações.** Os acionistas presentes, representando a totalidade do capital social da Companhia, resolveram, sem ressalvas:

(i) **aceitar e consignar** os pedidos de renúncia ao cargo de Membros do Conselho de Administração, apresentados por CAROLINA MARINHO DO VALE DUARTE, BRUNO MOREIRA DE ANDRADE, LUIS FERNANDO PRUDENCIO VELASCO, BERNARDO AZEVEDO ARAÚJO, GUSTAVO SALGADO MOREIRA DE ANDRADE e JORGE LASMAR JÚNIOR, efetivos a contar da presente data, conforme Termos de Renúncia que integram a presente ata como Anexo I, a serem arquivados na sede da Companhia; a Companhia e os membros que ora renunciam outorgam-se mutuamente a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar em juízo ou fora dele com relação a posição de Membros do Conselho de Administração até então ocupado por eles;

(ii) **aprovar** a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, reescrevendo e reenumerando seus artigos na forma do Anexo II à presente, ata a fim de, dentre outras alterações, (a) alterar o número de membros do Conselho de Administração; (b) alterar o número de membros da Diretoria; (c) excluir o atual Capítulo III ("Cessão de Ações"); e (d) excluir o atual Capítulo X ("Arbitragem");

(iii) **eleger** os seguintes novos membros do Conselho de Administração da Companhia: (a) Sr. KAUMER CHIEPPE, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 910.166-SSP/ES e inscrito no CPF/ME sob o nº. 769.327.617-34, residente e domiciliado na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, com endereço profissional nesta mesma cidade na Avenida Jerônimo Vervloet, nº 345, Goiabeiras, 1º Pavimento, CEP 29075-140, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração; (b) Sra. PATRÍCIA POUBEL CHIEPPE, brasileira, nascida em 15/01/1973, divorciada, administradora de empresas, portadora da Carteira de Identidade nº 909.682 SSP-ES e inscrita no CPF/ME sob o nº 020.238.047-52, residente e domiciliada na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, com endereço profissional nesta mesma cidade na Avenida Jerônimo Vervloet, nº 345, Goiabeiras, 1º Pavimento, CEP 29075-140; e (c) Sr. ANDRÉ LUIZ CHIEPPE, brasileiro, nascido em 28/04/1988, divorciado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 2095913 SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o nº 059.320.357-73, residente e domiciliado na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, com endereço profissional nesta mesma cidade na Avenida Jerônimo Vervloet, nº 345, Goiabeiras, 1º Pavimento, CEP 29075-140, para um mandato de 2 (dois) anos contados a partir da presente data.

Os membros do Conselho de Administração ora eleitos serão investidos em seus cargos mediante a lavratura e assinatura dos respectivos termos de posse. Atendendo ao disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, os Conselheiros ora eleitos declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

6. Encerramento. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.

Belo Horizonte/MG, 12 de abril de 2023.

A assinatura digital dos presentes constará na página final, conforme emitida por certificador autorizado, e abaixo estão as informações dos signatários.

Mesa:

CIRO FERREIRA DA ROCHA
Presidente

ANDRÉ LUIZ CHIEPPE
Secretário

Acionistas:

EMAA PARTICIPAÇÕES S.A.
Ciro Ferreira da Rocha
André Luiz Chieppe

EMG PARTICIPAÇÕES LTDA.
Ciro Ferreira da Rocha
André Luiz Chieppe





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

SECRETARIA DE MARICÁ
PROTOCOLO Nº: 8871/23
DATA DE INÍCIO: 28/04/23
MARICÁ: JJP. FLS: 22

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/209.774-7	MGE2300343805	19/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
059.320.357-73	ANDRE LUIZ CHIEPPE
008.101.047-84	CIRO FERREIRA DA ROCHA

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10303502 em 20/04/2023 da Empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, Nire 31300047181 e protocolo 232097747 - 19/04/2023. Autenticação: 86DB442789CE31FED529DDD55B2987ACB9DA5590. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/209.774-7 e o código de segurança m7Za Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 6/35

EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A - EBEC

CNPJ/ME nº 17.162.280/0001-37

NIRE 31.300.047.181

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2023**

ANEXO I

CARTA DE RENÚNCIA

Neste ato e na melhor forma de direito, eu, **BERNARDO AZEVEDO ARAÚJO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº MG 6005226 SSP/MG e inscrito no CPF/ME sob o nº 968.282.346-34, com endereço comercial à Avenida Barão Homem de Melo, nº 2.681, salas 101/102, Estoril, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no que toca à **EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A - EBEC**, sociedade por ações, com sede na Avenida Barão Homem de Melo, nº 2.681, salas 101/102, Estoril, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.162.280/0001-37, com seu Estatuto Social registrado na JUCEMG sob o NIRE 31.300.047.181 ("Companhia"), venho, pela presente, renunciar expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia, com efeito a partir da presente data.

Belo Horizonte/MG, 12 de abril de 2023.

A assinatura digital da signatária constará na página final, conforme emitida por certificador autorizado.

BERNARDO AZEVEDO ARAÚJO

D4Sign 5aa273fc-997a-4bf6-9707-41d09699f8f2 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10303502 em 20/04/2023 da Empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, Nire 31300047181 e protocolo 232097747 - 19/04/2023. Autenticação: 86DB442789CE31FED529DDD55B2987ACB9DA5590. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/209.774-7 e o código de segurança m7Za Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 12 de Abril de 2023, 15:10:15



Carta de Renúncia - Bernardo Azevedo docx
Código do documento 5aa273fc-997a-4bf8-9707-41d09699f8f2

PREFEITURA DE MARICÁ

CON: 8891123

DE INICIO: 28/04/23

FLS: 24



Assinaturas



Bernardo Azevedo Araujo
bernardoazev@gmail.com
Assinou

Eventos do documento

12 Apr 2023, 11:39:12

Documento 5aa273fc-997a-4bf8-9707-41d09699f8f2 **criado** por JÉSSICA MAIRA RIBEIRO DA SILVA (1b27f2cb-8236-4c26-82cc-db02be5275db). Email: diretoria@ebec-sa.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-12T11:39:12-03:00

12 Apr 2023, 11:39:59

Assinaturas **iniciadas** por JÉSSICA MAIRA RIBEIRO DA SILVA (1b27f2cb-8236-4c26-82cc-db02be5275db). Email: diretoria@ebec-sa.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-12T11:39:59-03:00

12 Apr 2023, 15:05:23

BERNARDO AZEVEDO ARAUJO **Assinou** (0b3edfb0-ddbd-4a26-937a-ad39dd84c247) - Email: bernardoazev@gmail.com - IP: 191.185.120.188 (bfb978bc.virtua.com.br porta: 64284) - Geolocalização: -19.876984 -43.9820298 - Documento de identificação informado: 968.282.346-34 - DATE_ATOM: 2023-04-12T15:05:23-03:00

Hash do documento original

(SHA256):c3718b687eb991cf39c980b3a78e74e6745f0ab7a4cd19ba8f81d5e6527968d8
(SHA512):f7f3c1ab08c7f3e8e340563ec4bbc36309f6f399d598c478919ea5c9c3487d8aca77a1be91a1fce04c20180b6106f20db4044f2a1d23cfbe2b6e868612639355

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10303502 em 20/04/2023 da Empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, Nire 31300047181 e protocolo 232097747 - 19/04/2023. Autenticação: 86DB442789CE31FED529DDD55B2987ACB9DA5590. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/209.774-7 e o código de segurança m7Za Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A - EBEC

CNPJ/ME nº 17.162.280/0001-37

NIRE 31.300.047.181

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2023**

ANEXO I

CARTA DE RENÚNCIA

Neste ato e na melhor forma de direito, eu, **BRUNO MOREIRA DE ANDRADE**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 748265 e inscrito no CPF/ME sob o nº 371.804.286-04, com endereço comercial à Avenida Barão Homem de Melo, nº 2.681, salas 101/102, Estoril, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no que toca à **EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A - EBEC**, sociedade por ações, com sede na Avenida Barão Homem de Melo, nº 2.681, salas 101/102, Estoril, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.162.280/0001-37, com seu Estatuto Social registrado na JUCEMG sob o NIRE 31.300.047.181 ("Companhia"), venho, pela presente, renunciar expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia, com efeito a partir da presente data.

Belo Horizonte/MG, 12 de abril de 2023.

A assinatura digital da signatária constará na página final, conforme emitida por certificador autorizado.

BRUNO MOREIRA DE ANDRADE

D4Sign f5ccbd2e-5557-4433-98ea-8eb521997134 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10303502 em 20/04/2023 da Empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, Nire 31300047181 e protocolo 232097747 - 19/04/2023. Autenticação: 86DB442789CE31FED529DDD55B2987ACB9DA5590. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/209.774-7 e o código de segurança m7Za Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 9/35

Carta de Renúncia - Bruno Moreira docx

Código do documento f5ccbd2e-5557-4433-98ea-8eb521997134

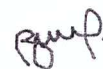
PREFEITURA DE MARICÁ
CON Nº: 8871/23
DE INÍCIO: 23/04/23
LOCAL: JF. FLS: 26



Assinaturas



BRUNO MOREIRA DE ANDRADE
bmandrade5000@gmail.com
Assinou



Eventos do documento

12 Apr 2023, 11:40:22

Documento f5ccbd2e-5557-4433-98ea-8eb521997134 **criado** por JÉSSICA MAIRA RIBEIRO DA SILVA (1b27f2cb-8236-4c26-82cc-db02be5275db). Email: diretoria@ebec-sa.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-12T11:40:22-03:00

12 Apr 2023, 11:40:48

Assinaturas **iniciadas** por JÉSSICA MAIRA RIBEIRO DA SILVA (1b27f2cb-8236-4c26-82cc-db02be5275db). Email: diretoria@ebec-sa.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-12T11:40:48-03:00

12 Apr 2023, 15:21:11

BRUNO MOREIRA DE ANDRADE **Assinou** - Email: bmandrade5000@gmail.com - IP: 177.182.62.212 (b1b63ed4.virtua.com.br porta: 64656) - Geolocalização: -19.975667 -43.9375425 - Documento de identificação informado: 371.804.286-04 - DATE_ATOM: 2023-04-12T15:21:11-03:00

Hash do documento original

(SHA256):948ee8532fb4d81de6ef5c6501c29cdd5b91ee36b0360df5d2b86c7c62b0854d
(SHA512):128d11e6941a67aa7e3326b317f2a20e8dca0d7bc1df414f376fe13954414956383c3ff008e1d388df977251cb80ad46cc019f0c20edf1d63a89bc6178ea76a

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10303502 em 20/04/2023 da Empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, Nire 31300047181 e protocolo 232097747 - 19/04/2023. Autenticação: 86DB442789CE31FED529DDD55B2987ACB9DA5590. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/209.774-7 e o código de segurança m7Za Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 10/35

EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A - EBEC

CNPJ/ME nº 17.162.280/0001-37

NIRE 31.300.047.181

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2023**

ANEXO I

CARTA DE RENÚNCIA

Neste ato e na melhor forma de direito, eu, **CAROLINA MARINHO DO VALE DUARTE**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº MG 5451879 SSP/MG e inscrita no CPF/ME sob o nº 027.020.046-01, com endereço comercial à Avenida Barão Homem de Melo, nº 2.681, salas 101/102, Estoril, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no que toca à **EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A - EBEC**, sociedade por ações, com sede na Avenida Barão Homem de Melo, nº 2.681, salas 101/102, Estoril, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.162.280/0001-37, com seu Estatuto Social registrado na JUCEMG sob o NIRE 31.300.047.181 ("Companhia"), venho, pela presente, renunciar expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia, com efeito a partir da presente data.

Belo Horizonte/MG, 12 de abril de 2023.

A assinatura digital da signatária constará na página final, conforme emitida por certificador autorizado.

CAROLINA MARINHO DO VALE DUARTE

D4Sign 47b63ac3-d28f-4ee1-bda9-b23ef5587927 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10303502 em 20/04/2023 da Empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, Nire 31300047181 e protocolo 232097747 - 19/04/2023. Autenticação: 86DB442789CE31FED529DDD55B2987ACB9DA5590. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/209.774-7 e o código de segurança m7Za Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 11/35



2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 12 de Abril de 2023, 14:44:24

SECRETARIA DE MARICÁ
Nº: 8871/23
DATA DE INÍCIO: 28/04/23
FLS: 28

Carta de Renúncia - Carolina Marinho docx
Código do documento 47b63ac3-d28f-4ee1-bda9-b23ef5587927



Assinaturas



Carolina Marinho do Vale Duarte
carolina.mv.duarte@gmail.com
Assinou

CDuarte

Eventos do documento

12 Apr 2023, 11:41:11

Documento 47b63ac3-d28f-4ee1-bda9-b23ef5587927 **criado** por JÉSSICA MAIRA RIBEIRO DA SILVA (1b27f2cb-8236-4c26-82cc-db02be5275db). Email: diretoria@ebec-sa.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-12T11:41:11-03:00

12 Apr 2023, 11:42:05

Assinaturas **iniciadas** por JÉSSICA MAIRA RIBEIRO DA SILVA (1b27f2cb-8236-4c26-82cc-db02be5275db). Email: diretoria@ebec-sa.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-12T11:42:05-03:00

12 Apr 2023, 14:43:09

CAROLINA MARINHO DO VALE DUARTE **Assinou** (ddef06c1-a719-4932-9238-77e413a7db68) - Email: carolina.mv.duarte@gmail.com - IP: 189.91.74.165 (mvx-189-91-74-165.mundivox.com porta: 1716) - Geolocalização: -19.920268420031153 -43.939010636793576 - Documento de identificação informado: 027.020.046-01 - DATE_ATOM: 2023-04-12T14:43:09-03:00

Hash do documento original

(SHA256):1ef65fa30124dff3dd7f37a2e1f3a9d7509ca05fa7fa1a9ff87ba987850871a8
(SHA512):b628c50a08dc8d5a4ec144afc9421a10a0415e4af49dfa93293da71e471ca3b004fd103b1bff67eb6db906013e7c61812dca209e81b635b0ab68a8d776febb2c

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10303502 em 20/04/2023 da Empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, Nire 31300047181 e protocolo 232097747 - 19/04/2023. Autenticação: 86DB442789CE31FED529DDD55B2987ACB9DA5590. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/209.774-7 e o código de segurança m7Za Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 12/35

EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A - EBEC

CNPJ/ME nº 17.162.280/0001-37

NIRE 31.300.047.181

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2023**

ANEXO I

CARTA DE RENÚNCIA

Neste ato e na melhor forma de direito, eu, **GUSTAVO SALGADO MOREIRA DE ANDRADE**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº MG 8.691.474 SSP/MG e inscrito no CPF/ME sob o nº 043.371.086-10, com endereço comercial à Avenida Barão Homem de Melo, nº 2.681, salas 101/102, Estoril, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no que toca à **EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A - EBEC**, sociedade por ações, com sede na Avenida Barão Homem de Melo, nº 2.681, salas 101/102, Estoril, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.162.280/0001-37, com seu Estatuto Social registrado na JUCEMG sob o NIRE 31.300.047.181 ("Companhia"), venho, pela presente, renunciar expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia, com efeito a partir da presente data.

Belo Horizonte/MG, 12 de abril de 2023

A assinatura digital da signatária constará na página final, conforme emitida por certificador autorizado.

GUSTAVO SALGADO MOREIRA DE ANDRADE

D4Sign c7bdc1d5-76a5-406b-aba3-792aec54b34b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10303502 em 20/04/2023 da Empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, Nire 31300047181 e protocolo 232097747 - 19/04/2023. Autenticação: 86DB442789CE31FED529DDD55B2987ACB9DA5590. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/209.774-7 e o código de segurança m7Za Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 13/35



2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 12 de April de 2023, 12:16:21



Carta de Renúncia - Gustavo Moreira docx
Código do documento c7bdc1d5-76a5-406b-aba3-792aec54b34b

FEITURA DE MARICÁ
PROTOCOLO Nº: 8871/23
DATA DE INÍCIO: 28/04/23
FICHA: 911 FLS: 30



Assinaturas



GUSTAVO SALGADO MOREIRA DE ANDRADE
gustavo.andrade@ebec-sa.com.br
Assinou

GUSTAVO ANDRADE

Eventos do documento

12 Apr 2023, 11:43:39

Documento c7bdc1d5-76a5-406b-aba3-792aec54b34b **criado** por JÉSSICA MAIRA RIBEIRO DA SILVA (1b27f2cb-8236-4c26-82cc-db02be5275db). Email: diretoria@ebec-sa.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-12T11:43:39-03:00

12 Apr 2023, 11:44:15

Assinaturas **iniciadas** por JÉSSICA MAIRA RIBEIRO DA SILVA (1b27f2cb-8236-4c26-82cc-db02be5275db). Email: diretoria@ebec-sa.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-12T11:44:15-03:00

12 Apr 2023, 12:06:30

GUSTAVO SALGADO MOREIRA DE ANDRADE **Assinou** (867e79f5-6607-4f68-8907-cb6d20cea19a) - Email: gustavo.andrade@ebec-sa.com.br - IP: 187.111.31.86 (mvx-187-111-31-86.mundivox.com porta: 39510) - Documento de identificação informado: 043.371.086-10 - DATE_ATOM: 2023-04-12T12:06:30-03:00

Hash do documento original

(SHA256):6d557c5127d8f3b49371f6f23b5c48a069792fccc6aee7b81fff15a41b365ad9
(SHA512):1d76a4c1823d02664e0c2ae6367f9cf18552410cfef65673e34d8010914ca479e5d7426f64e9edfbc1433fb02efca1669965ff6bfbc93a3890e4f55be662ac5

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10303502 em 20/04/2023 da Empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, Nire 31300047181 e protocolo 232097747 - 19/04/2023. Autenticação: 86DB442789CE31FED529DDD55B2987ACB9DA5590. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/209.774-7 e o código de segurança m7Za Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 14/35

EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A - EBEC

CNPJ/ME nº 17.162.280/0001-37

NIRE 31.300.047.181

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2023**

ANEXO I

CARTA DE RENÚNCIA

Neste ato e na melhor forma de direito, eu, **JORGE LASMAR JÚNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro civil, registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia sob o nº 10.946/D-CREA e inscrito no CPF/ME sob o nº 164.304.686-15, com endereço comercial à Avenida Barão Homem de Melo, nº 2.681, salas 101/102, Estoril, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no que toca à **EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A - EBEC**, sociedade por ações, com sede na Avenida Barão Homem de Melo, nº 2.681, salas 101/102, Estoril, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.162.280/0001-37, com seu Estatuto Social registrado na JUCEMG sob o NIRE 31.300.047.181 ("Companhia"), venho, pela presente, renunciar expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia, com efeito a partir da presente data.

Belo Horizonte/MG, 12 de abril de 2023.

A assinatura digital da signatária constará na página final, conforme emitida por certificador autorizado.

JORGE LASMAR JÚNIOR

D4Sign 7367aff0-9e8e-440b-a6f4-81e9477bd140 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



2 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 12 de Abril de 2023, 12:14:39



Carta de Renúncia - Jorge Lasmar docx

Código do documento 7367aff0-9e8e-440b-a6f4-81e9477bd140

SECRETARIA DE MARICÁ
Nº: 8891123
DE INÍCIO: 28/04/23
LOCAL: J.P. FLS: 32



Assinaturas



Jorge Lasmar Júnior
jorge@ebec-sa.com.br
Assinou

Jorge Lasmar -júnior

Eventos do documento

12 Apr 2023, 11:36:45

Documento 7367aff0-9e8e-440b-a6f4-81e9477bd140 **criado** por JÉSSICA MAIRA RIBEIRO DA SILVA (1b27f2cb-8236-4c26-82cc-db02be5275db). Email: diretoria@ebec-sa.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-12T11:36:45-03:00

12 Apr 2023, 11:37:38

Assinaturas **iniciadas** por JÉSSICA MAIRA RIBEIRO DA SILVA (1b27f2cb-8236-4c26-82cc-db02be5275db). Email: diretoria@ebec-sa.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-12T11:37:38-03:00

12 Apr 2023, 12:12:20

JORGE LASMAR JÚNIOR **Assinou** (67f518de-dc57-4d4e-ae6c-d2de3412373e) - Email: jorge@ebec-sa.com.br - IP: 187.111.31.86 (mvx-187-111-31-86.mundivox.com porta: 46824) - Geolocalização: -19.959561 -43.96466 - Documento de identificação informado: 164.304.686-15 - DATE_ATOM: 2023-04-12T12:12:20-03:00

Hash do documento original

(SHA256):1675e1d9afd9e6a300263046bef22987ae8dcaf8ae2d75dc9a5ad010c942c6f7
(SHA512):3ee059e31d9ae101d8551847584545c123b09599fcf166c003ac29fb999c5fd1796f8544f3ed9a2b3a7414577696ce1d0a4788f73cd5b9b5cbe4e09b378774ae

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10303502 em 20/04/2023 da Empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, Nire 31300047181 e protocolo 232097747 - 19/04/2023. Autenticação: 86DB442789CE31FED529DDD55B2987ACB9DA5590. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/209.774-7 e o código de segurança m7Za Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 16/35

EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A - EBEC

CNPJ/ME nº 17.162.280/0001-37

NIRE 31.300.047.181

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2023**

ANEXO I

CARTA DE RENÚNCIA

Neste ato e na melhor forma de direito, eu, **LUIS FERNANDO PRUDÊNCIO VELASCO**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 13055135 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 099.493.558-77, com endereço comercial à Avenida Barão Homem de Melo, nº 2.681, salas 101/102, Estoril, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no que toca à **EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A - EBEC**, sociedade por ações, com sede na Avenida Barão Homem de Melo, nº 2.681, salas 101/102, Estoril, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.162.280/0001-37, com seu Estatuto Social registrado na JUCEMG sob o NIRE 31.300.047.181 ("Companhia"), venho, pela presente, renunciar expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia, com efeito a partir da presente data.

Belo Horizonte/MG, 12 de abril de 2023.

A assinatura digital da signatária constará na página final, conforme emitida por certificador autorizado.

LUIS FERNANDO PRUDÊNCIO VELASCO

D4Sign 44565643-7e2a-4fef-b74a-8a02ef834a47 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 10303502 em 20/04/2023 da Empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, Nire 31300047181 e protocolo 232097747 - 19/04/2023. Autenticação: 86DB442789CE31FED529DDD55B2987ACB9DA5590. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/209.774-7 e o código de segurança m7Za Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 17/35

Carta de Renúncia - Luis Fernando docx

Código do documento 44565643-7e2a-4fef-b74a-8a02ef834a47

PREFEITURA DE MARICÁ
Nº: 8871/23
DE INÍCIO: 28/04/23
DATA: 8/5 FLS: 34



Assinaturas



Luis Fernando Prudencio Velasco
luisfernando.velasco1961@gmail.com
Assinou



Eventos do documento

12 Apr 2023, 11:54:40

Documento 44565643-7e2a-4fef-b74a-8a02ef834a47 **criado** por JÉSSICA MAIRA RIBEIRO DA SILVA (1b27f2cb-8236-4c26-82cc-db02be5275db), Email: diretoria@ebec-sa.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-12T11:54:40-03:00

12 Apr 2023, 11:55:12

Assinaturas **Iniciadas** por JÉSSICA MAIRA RIBEIRO DA SILVA (1b27f2cb-8236-4c26-82cc-db02be5275db), Email: diretoria@ebec-sa.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-12T11:55:12-03:00

12 Apr 2023, 14:16:35

JÉSSICA MAIRA RIBEIRO DA SILVA (1b27f2cb-8236-4c26-82cc-db02be5275db), Email: diretoria@ebec-sa.com.br. **ALTEROU** o signatário **luisfernando.velasco@yahoo.com.br** para **luisfernando.velasco1961@gmail.com** - DATE_ATOM: 2023-04-12T14:16:35-03:00

12 Apr 2023, 14:21:59

LUIS FERNANDO PRUDENCIO VELASCO **Assinou** - Email: luisfernando.velasco1961@gmail.com - IP: 187.106.40.88 (bb6a2858.virtua.com.br porta: 15812) - Documento de identificação informado: 099.493.558-77 - DATE_ATOM: 2023-04-12T14:21:59-03:00

Hash do documento original

(SHA256):45f9481e198daf6c5bd7a2f21b61ebc92a1cb1e9bb1d9a909674b633228d56c2
(SHA512):30a82483f0286c3814fae8191d58f9871d1f071491ef4c74f9d76d86b1c52d1a7891c36cf669401cc7e77e985d4db8c8810f3ca8e9dc280aa1292937a8a0113a

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10303502 em 20/04/2023 da Empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, Nire 31300047181 e protocolo 232097747 - 19/04/2023. Autenticação: 86DB442789CE31FED529DDD55B2987ACB9DA5590. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/209.774-7 e o código de segurança m7Za Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 18/35



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

FEITURA DE MARICÁ
SÉRIE Nº: 8871123
DE INÍCIO: 8.0423
FLS: 35

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/209.774-7	MGE2300343805	19/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
059.320.357-73	ANDRE LUIZ CHIEPPE
008.101.047-84	CIRO FERREIRA DA ROCHA

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10303502 em 20/04/2023 da Empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, Nire 31300047181 e protocolo 232097747 - 19/04/2023. Autenticação: 86DB442789CE31FED529DDD55B2987ACB9DA5590. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/209.774-7 e o código de segurança m7Za Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 19/35



manutenção industrial; (d) fiscalização, gerenciamento, administração e apoio técnico de projetos e obras; (e) serviços de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista; (f) locação de mão de obra temporária; (g) máquinas e equipamentos; (h) prestação de serviços de limpeza industrial; (i) prestação de serviços de conservação, limpeza e asseio predial, e de áreas externas; (j) prestação de serviços em geral; (k) transporte rodoviário de passageiros, sob o regime de fretamento municipal, intermunicipal e interestadual; (l) serviços de transporte rodoviário de cargas municipal, intermunicipal e interestadual; (m) guarda e transporte de valores; (n) serviços de jardinagem, gramados, capinas, roçados, arborização de áreas e parques e podas de árvores; (o) limpeza urbana; e (p) serviços de apoio administrativo e gestão de frotas de veículos.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 90.000.000 (noventa milhões) de ações ordinárias, todas nominativas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º - A Assembleia Geral que aprovar o aumento do capital social, fixará a data e a forma de sua realização.

Artigo 7º - Os certificados de ações deverão, sempre, conter a assinatura de dois diretores, podendo a sociedade emitir títulos múltiplos de ações e, provisoriamente, cautelas que as representem.

Artigo 8º - A transferência de ações somente poderá ser levada a efeito desde que previamente assegurado o exercício de direito de preferência à aquisição das mesmas ações, em igualdade de condições, primeiramente em favor da própria sociedade e, em segundo lugar, em favor dos demais acionistas.

Artigo 9º - O titular de ações que desejar cedê-las ou transferi-las, no todo ou em parte, deverá notificar a Diretoria, por escrito, desse seu propósito, informando o nome e a qualificação completa do pretendente à compra das mesmas ações, o preço e as condições de pagamento.



Parágrafo Primeiro: Dentro de 30 (trinta) dias subsequentes ao recebimento dessa comunicação, a sociedade terá preferência para a aquisição das ações objeto da notificação, que poderá exercê-la, no todo ou em parte por deliberação da Diretoria, devendo ainda ser realizada prévia audiência do Conselho Fiscal, se instalado.

Parágrafo Segundo: Se a sociedade não exercer a preferência de que trata o parágrafo anterior, ou exercê-la somente em parte, dentro de 20 (vinte) dias subsequentes, os demais acionistas terão uma segunda preferência para a aquisição das mesmas ações, para cujo fim a Diretoria dará conhecimento aos demais acionistas por carta sob registro, encaminhada para os endereços constantes dos livros sociais próprios, direito de preferência esse que será exercido pelos acionistas, na proporção do número de ações de que forem titulares, os quais poderão exercer essa preferência no todo ou em parte.

Parágrafo Terceiro: Se a preferência de que trata o parágrafo anterior vier a ser exercida somente em parte, será concedido, na mesma forma e condições previstas no mesmo parágrafo, um prazo adicional de 10 (dez) dias para os demais acionistas exercerem o seu direito de preferência na compra das ações remanescentes, antes que qualquer venda possa ser efetuada a terceiros.

Parágrafo Quarto: Se os prazos a que se referem os parágrafos anteriores se esgotarem sem que a sociedade e/ou quaisquer acionistas exerçam o seu direito de preferência o acionista notificante poderá, durante os 20 (vinte) dias subsequentes, ceder e transferir suas ações ao pretendente indicado neste artigo, nas estritas condições apresentadas.

Parágrafo Quinto: Vencido o prazo de 20 (vinte) dias a que se refere o parágrafo anterior, se o acionista desejar, novamente, dispor de suas ações, será obrigado a renovar o mesmo procedimento estabelecido neste artigo.

Parágrafo Sexto: A diretoria recusará registrar nos livros próprios da sociedade as transferências de ações que não obedecerem às disposições indicadas neste artigo e seus parágrafos, posto que serão nulas as cessões e transferências de ações que, eventualmente, forem celebradas nessas condições.

Parágrafo Sétimo: Os endereços constantes do livro "Registros de Ações Nominativas" são válidos para os procedimentos estabelecidos neste artigo, até que a diretoria seja prevenida, por escrito, de qualquer alteração.



Parágrafo Oitavo: No caso de penhora, arresto ou sequestro de ações, se o titular das ações não as liberar no prazo de 10 (dez) dias, a contar da averbação de gravame nos livros sociais, entender-se-á que as ofereceu à venda pelo valor de crédito que tiver originado a penhora, arresto ou sequestro.

CAPÍTULO III

ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 10º - A Assembleia Geral reunir-se-á, por convocação, de acordo com a lei:

- a) Ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para:
- I. tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as demonstrações financeiras;
 - II. deliberar sobre a destinação de lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
 - III. eleger os membros da diretoria, nas épocas próprias;
- b) Extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas.

Parágrafo Único: Os trabalhos da assembleia serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, escolhidos pelos acionistas presentes.

Artigo 11º - A Assembleia Geral será instalada pelo Diretor Geral ou, na sua ausência ou impedimento, por outro Diretor. Os anúncios de convocação publicados de acordo com a lei conterão, além do local, data e hora da Assembleia.

Parágrafo Único: Os acionistas que possuírem 05% (cinco por cento) ou mais do capital social poderão requerer que sua convocação seja feita por telegrama ou carta registrada, na forma da lei.

Artigo 12º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando, no cálculo, os votos em branco, excetuando-se os casos em que a lei exigir maioria qualificada.



Artigo 13º - A deliberação das matérias a seguir elencadas é de competência exclusiva da Assembleia Geral de Acionistas, respeitado o quórum fixado no artigo anterior:

- a) tomar, anualmente, as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- b) suspender o exercício dos direitos dos acionistas (art. 120 da Lei 6.404/76);
- c) autorizar a emissão de partes beneficiárias;
- d) autorizar os administradores a confessar falência e pedir a aplicação da recuperação judicial;
- e) deliberar sobre o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, para os acionistas, ou de qualquer outro tipo de distribuição semelhante baseada no capital social da sociedade.

Artigo 14º - As deliberações da Assembleia Geral a seguir declinadas serão tomadas pela unanimidade dos acionistas que representam o capital social.

- a) promover as alterações do Estatuto Social;
- b) deliberar sobre todo e qualquer negócio entre a Companhia e empresas coligadas, a controladas ou controladoras, inclusive a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- c) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- d) aprovar a emissão de debêntures pela sociedade, conversíveis em ações ou permutáveis por quaisquer outros títulos, não autorizados neste Estatuto;
- e) criação de novos tipos de ações e alteração nos direitos atribuídos a cada tipo de ação;
- f) alterações do capital social da empresa;
- g) aprovar as estratégias da sociedade, inclusive os orçamentos de despesas e de investimentos;
- h) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e conselheiros fiscais da companhia, ressalvado o disposto no nº II do art. 142 da Lei 6.404/76.

Artigo 15º - O acionista pode ser representado na Assembleia Geral, nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, desde que o respectivo instrumento de mandato tenha sido depositado na sede da companhia até 5 (cinco) dias antes da data de realização da assembleia.



Artigo 16º - Somente podem comparecer à Assembleia Geral dos Acionistas, aqueles em cujos nomes as ações estejam registradas no Livro de Registro de Ações até 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia.

CAPÍTULO IV **ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 17º - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social.

Artigo 18º - À Assembleia Geral, compete fixar a remuneração global dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração, quando instaurado, rateá-la entre estes, podendo ainda tal providência ser realizada pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único: A remuneração dos administradores terá seu valor reajustado de acordo com a política salarial determinada para a Companhia.

Artigo 19º - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é de 2 (dois) anos, mas estender-se-á até a investidura dos novos membros eleitos, sendo admitida a reeleição.

Artigo 20º - A investidura nos cargos de Conselheiro e Diretor far-se-á por termo lavrado no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria.

Artigo 21º - O Conselho de Administração será constituído de 03 (três) membros efetivos, todos residentes no Brasil, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Parágrafo Primeiro: O Conselho de Administração terá um presidente, eleito pelos seus membros.

Parágrafo Segundo: O presidente do Conselho de Administração, nos seus impedimentos ocasionais ou faltas, será substituído pelo Conselheiro que indicar.



Artigo 22º – Ocorrendo a vacância, a Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente para preencher a vaga.

Artigo 23º – O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação de qualquer de seus membros. As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência, por meio de carta, fax, por correio eletrônico ou telegrama. O prazo de notificação previsto neste artigo poderá ser reduzido ou dispensado, desde que todos os membros do Conselho de Administração compareçam à reunião.

Parágrafo Primeiro: As reuniões do Conselho de Administração se instalam e podem deliberar com a presença da maioria de seus membros. As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes. As decisões do Conselho devem constar de ata lavrada no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo: Havendo empate nas votações do Conselho de Administração, o Presidente não terá voto de qualidade, e a matéria respectiva será levada à apreciação e deliberação da Assembleia de Acionistas, nos moldes estabelecidos no Acordo de Acionistas.

Artigo 24º – Compete ao Conselho de Administração, além das deliberações previstas em Lei:

- a) orientar a diretoria e supervisionar as atividades da companhia;
- b) aprovar o Relatório Anual da Diretoria e a proposta de destinação dos lucros sociais;
- c) autorizar a diretoria a renunciar a direitos e transigir, dar avais e fianças em favor de terceiros, alienar, hipotecar, apenhar ou de qualquer forma onerar os bens do ativo permanente da companhia;
- d) avocar, a qualquer tempo, o exame de atividades específicas da companhia, em qualquer setor e sobre elas expedir normas ou instruções a serem observadas pela diretoria;
- e) fixar a remuneração, as atribuições e estabelecer os respectivos limites de competência e de decisões dos diretores;
- f) propor as estratégias anuais e plurianuais da sociedade incluindo os orçamentos de despesas e de investimentos;



- g) aprovar condições especiais de contratação para o exercício de funções de diretor.

Artigo 25º – Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) presidir as reuniões do Conselho de Administração;
- b) convocar e presidir a Assembleia Geral;
- c) prover no sentido de que, na administração da companhia, sejam cumpridas as leis, o estatuto e as deliberações do Conselho de Administração;
- d) cumprir e fazer cumprir a Lei, o estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 26º - Nos casos de impedimentos ocasionais ou faltas de um administrador este será, automaticamente, substituído pelo outro.

Artigo 27º – A Diretoria será composta por até 09 (nove) Diretores, residentes no País, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral.

Artigo 28º - Ocorrendo vaga na Diretoria proceder-se-á da mesma forma estabelecida no artigo anterior, perdurando a substituição até o provimento definitivo do cargo pela Assembleia Geral, servindo o substituto então eleito, até o término do mandato do substituído.

Artigo 29º - A Diretoria se reúne sempre que convocada por um. As deliberações serão tomadas por maioria, não tendo o Diretor geral o voto de qualidade. As deliberações da Diretoria devem constar de Ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

Artigo 30º - Compete à Diretoria realizar a administração ordinária dos negócios sociais adotando as medidas e providências necessárias ao eficiente e regular funcionamento da companhia, na estrita conformidade do disposto neste Estatuto.

Artigo 31º - A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

- a) por 02 (dois) Diretores do Grupo A, indistintamente, ou por 02 (dois) Diretores, sendo 01 (um) do Grupo A e 01 (um) do Grupo B, ou por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador devidamente constituído;



- b) por 02 (dois) procuradores em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos;
- c) por 01 (um) procurador, podendo atuar isoladamente, com poderes específicos para representar a Sociedade administrativamente, junto aos órgãos públicos federal, estadual e municipal, para representação em licitações, requerimento de certidões, legalização de veículos, legalização de imóveis, apresentação de requerimentos administrativos para impugnação de autos de infração e multas administrativas, requerer extração de cópias de autos de processos administrativos, requerer vista de autos de processos administrativos, efetuar a atualização de cadastros da sociedade, requerer a emissão de taxas para realização de serviços públicos, bem como para atuar como preposto perante processos judiciais; e
- d) por 01 (um) procurador, devendo o mesmo ser advogado e atuante em processo judicial envolvendo a Companhia, podendo atuar isoladamente, com poderes especiais para promover sua representação processual.

Parágrafo único: As procurações serão outorgadas em nome da Companhia pela assinatura de 02 (dois) Diretores do Grupo A, indistintamente, ou por 02 (dois) Diretores, sendo 01 (um) do Grupo A e 01 (um) do Grupo B, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção das procurações para fins judiciais ("ad judicium"), serão válidas por no máximo 01 (um) ano, sendo vedado o seu substabelecimento.

Artigo 32º - À Diretoria não é permitido emitir ou avalizar título em favor, dar fiança ou contrair, em nome da sociedade, quaisquer obrigações civis ou comerciais estranhas ao interesse social, sem prévia autorização da Assembleia Geral.

Artigo 33º - Compete à Diretoria:

- a) representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante qualquer pessoa, física ou jurídica, entidade ou repartição;
- b) coordenar e supervisionar as atividades que lhe são pertinentes, responsabilizando-se diante da Assembleia pelo cumprimento das políticas, diretrizes, planos, programas e metas, principalmente as constantes do Orçamento Econômico e Financeiro;
- c) supervisionar as atividades da companhia;
- d) avocar, a qualquer tempo, o exame de atividades específicas da companhia, em qualquer setor e sobre elas expedir normas ou instruções a serem observadas;



e) propor as estratégias anuais e plurianuais da sociedade incluindo os orçamentos de despesas e de investimentos.

CAPÍTULO V

CONSELHO FISCAL

Artigo 34º - O Conselho Fiscal não tem caráter permanente e só se instalará nos exercícios sociais em que os acionistas reunidos em Assembleia Geral, assim o solicitarem, observadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Primeiro: O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições e poderes definidos em lei e será composto de três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no País, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação.

Parágrafo Segundo: A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitadas as prescrições legais vigentes.

CAPÍTULO VI

EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 35º - O exercício social coincide com o ano civil.

Artigo 36º - Ao término de cada exercício social serão levantados o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes.

Parágrafo Primeiro: Dos lucros líquidos apurados em cada exercício social, serão deduzidos 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal, até esta atingir 20% (vinte por cento) do Capital Social.

Parágrafo Segundo: A Assembleia Geral poderá deduzir do lucro líquido verificado no exercício, parcelas destinadas à formação de reservas para contingências e lucros a realizar.

Parágrafo Terceiro: Os acionistas terão direito a um dividendo anual obrigatório do lucro líquido realizado em cada exercício, em percentuais a serem definidos pela Assembleia Geral, respeitando as regras previstas na legislação.



Parágrafo Quarto: Uma vez pago aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o parágrafo anterior, a Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria participações nos lucros do exercício, observados os limites prescritos na legislação vigente.

Parágrafo Quinto: O saldo do lucro líquido do exercício ou os prejuízos verificados terão o destino que lhes derem a Assembleia Geral, observada a recomendação da Diretoria, com prévia audiência do Conselho Fiscal, se instalado.

Artigo 37º - A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou balanços especiais em períodos menores, para efeito da distribuição de dividendos ou constituição de fundos de reservas ou provisões, observadas as disposições legais aplicáveis.

CAPÍTULO VII

LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO

Artigo 38º - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante, eleger o Conselho Fiscal que funcionará durante a liquidação, se requerida sua instalação e fixar suas respectivas remunerações.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

FEITURA DE MARICÁ

PROTOCOLO Nº: 8891123

DE INÍCIO: 28.04.23

FLS: 47

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/209.774-7	MGE2300343805	19/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
059.320.357-73	ANDRE LUIZ CHIEPPE
008.101.047-84	CIRO FERREIRA DA ROCHA



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10303502 em 20/04/2023 da Empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, Nire 31300047181 e protocolo 232097747 - 19/04/2023. Autenticação: 86DB442789CE31FED529DDD55B2987ACB9DA5590. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/209.774-7 e o código de segurança m7Za Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE
REGISTRO DIGITAL

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 8871123
DATA DE INÍCIO: 28/04/23
DATA: 24 FLS: 48

Eu, EDUIGES MARIA REZENDE COSTA, com inscrição ativa no(a) CRC/(MG) sob o nº 47346, expedida em 14/09/1988, inscrito no CPF nº 597.550.676-04, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

1. TERMO RENUNCIA - 12 página(s)
2. ESTATUTO - 11 página(s)

Belo Horizonte/MG, 19 de abril de 2023.

Nome do declarante que assina digitalmente: EDUIGES MARIA REZENDE COSTA



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10303502 em 20/04/2023 da Empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, Nire 31300047181 e protocolo 232097747 - 19/04/2023. Autenticação: 86DB442789CE31FED529DDD55B2987ACB9DA5590. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/209.774-7 e o código de segurança m7Za Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 32/35



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

FEITURA DE MARICÁ
Nº: 8871/23
DE INÍCIO: 28/04/23
FIM: 49

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, de NIRE 3130004718-1 e protocolado sob o número 23/209.774-7 em 19/04/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 10303502, em 20/04/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Kenia Mota Santos Machado.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
008.101.047-84	CIRO FERREIRA DA ROCHA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
059.320.357-73	ANDRE LUIZ CHIEPPE
008.101.047-84	CIRO FERREIRA DA ROCHA

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
008.101.047-84	CIRO FERREIRA DA ROCHA
059.320.357-73	ANDRE LUIZ CHIEPPE

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
008.101.047-84	CIRO FERREIRA DA ROCHA
059.320.357-73	ANDRE LUIZ CHIEPPE

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
597.550.676-04	EDUIGES MARIA REZENDE COSTA

Belo Horizonte, quinta-feira, 20 de abril de 2023



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 23/209.774-7.

Página 1 de 2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10303502 em 20/04/2023 da Empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, Nire 31300047181 e protocolo 232097747 - 19/04/2023. Autenticação: 86DB442789CE31FED529DDD55B2987ACB9DA5590. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/209.774-7 e o código de segurança m7Za Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 33/35



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

FEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 8891/23
DE INÍCIO: 28/04/23
FLS: 50

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL



Documento assinado eletronicamente por Kenia Mota Santos Machado, Servidor(a) Público(a), em 20/04/2023, às 14:54 conforme horário oficial de Brasília.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://portal.de.servicos.da.jucemg) informando o número do protocolo 23/209.774-7.

Página 2 de 2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10303502 em 20/04/2023 da Empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, Nire 31300047181 e protocolo 232097747 - 19/04/2023. Autenticação: 86DB442789CE31FED529DDD55B2987ACB9DA5590. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/209.774-7 e o código de segurança m7Za Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 34/35



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

PREFEITURA DE MARICÁ
PROT. Nº: 8871/23
DATA DE INÍCIO: 28/04/23
ASSINADA: [assinatura] FLS: 51

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. quinta-feira, 20 de abril de 2023



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10303502 em 20/04/2023 da Empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A EBEC, Nire 31300047181 e protocolo 232097747 - 19/04/2023. Autenticação: 86DB442789CE31FED529DDD55B2987ACB9DA5590. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/209.774-7 e o código de segurança m7Za Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 35/35

SECRETARIA DE MARICÁ
CONT: 8871/23
DE INICIO: 8.04/23
FLS: 521

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL
2377626287

NOME
JORGE LASMAR JUNIOR

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF
10946D CREA MG

CPF
164.304.686-15

DATA NASCIMENTO
15/08/1949

FILIAÇÃO
JORGE LASMAR
ELZA VIANNA DINIZ
LASMAR

PERMISSÃO ACC CAT. HAB. B

Nº REGISTRO
00702944495

VALIDADE
05/05/2025

1ª HABILITAÇÃO
03/01/1968

OBSERVAÇÕES
A ;

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

DATA EMISSÃO
06/05/2022

Eurico da Cunha Neto
Diretor DETRAN/MG
ASSINATURA DO EMISSOR

63410050714
MG616190093

MINAS GERAIS

PROIBIDO PLASTIFICAR
2377626287

PREFEITURA DE MARICÁ
Nº: 8871/23
DE INÍCIO: 28/04/23
FLS: 53

